

DEFENSORIA PÚBLICA

Por: Patrícia Finger.

A Defensoria Pública encontra-se inserida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos 133 e 134, classificado como essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica e defesa gratuita aos hipossuficientes em todos os graus de jurisdição.

Considera-se hipossuficiente ou necessitado aquele que declara perante a lei que não pode arcar com as custas, defesa processual e honorários advocatícios. Dentre algumas das atribuições da Defensoria Pública está a de realizar a conciliação extrajudicial entre as partes quando há conflito de interesses. Nesse caso não há necessidade de recorrer à justiça através do Judiciário, pois se trata de um acordo entre as partes, que foi assinado pelo Defensor Público que é legalmente instituído e caso o acordo seja descumprido o mesmo poderá ser executado. Cabe – lhe ainda patrocinar ação penal privada e subsidiária da pública, exercer a defesa da criança e do adolescente, assegurar aos seus assistidos sem processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, atuar junto aos juizados especiais cíveis e criminais.

A Maioria dos estados já tem Defensoria Pública entre os quais pode-se citar o Estado do Mato Grosso que possui uma Defensoria organizada e ativa junto à sociedade. Porém alguns estados ainda não promulgaram Lei que regulamenta a Defensoria Pública e omitindo-se além de descumprirem o que está na lei maior, ou seja, a Constituição Federal de 1988 ainda prejudicam o acesso dos necessitados à justiça, pois muitos não têm condições para contratar um advogado e exercer seus direitos de cidadão.